

Sociabilidade, magia e relações de poder no universo cultural afro-brasileiro*

Eduardo França Paiva**

Desde o século XVI, a Bahia, sobretudo Salvador, assim como Pernambuco (e, mais tarde, o Rio de Janeiro), haviam transformado-se em importantes centros receptores de heranças e práticas culturais africanas, que chegavam à América portuguesa com os milhares e milhares de escravos traficados de um lado para o outro do Atlântico. Eram centros receptores e, também, produtores e exportadores de culturas, uma vez que dali os cativos eram transferidos para várias regiões coloniais. Durante o século XVIII boa parcela desse tráfico interno foi direcionado para a região das Minas Gerais, que chegou ao final do setecentos com as maiores populações escrava e liberta entre as capitanias brasileiras¹. Para essa importante área de mineração foram levados, ainda, muitos escravos nascidos no Brasil, além de homens e mulheres livres e forros que para lá se encaminharam. Inicialmente, o maior chamariz era o ouro, mas, rapidamente, passou a ser a economia dinâmica e diversificada que se desenvolvera na Capitania, aliada a uma malha urbana bastante extensa e a importantes áreas de agropecuária. A mobilidade física e cultural constituiu-se, a partir daí, em característica basilar dessa sociedade. O encontro de tradições culturais muito diferentes ocorreu intensamente e assumiu dimensões extraordinárias. A população mestiça era grande e o hibridismo cultural atingiu todos os grupos sociais,

* Este texto foi publicado originalmente em Nodari, E., J.M. Pedro. & M. G. Ziokoi, (orgs). 1999. - *História: fronteiras. Simpósio Nacional da Associação Nacional de História*. - São Paulo: Humanitas & ANPUH, Vol. II, pp. 996-1005, sob o título «Amuletos, práticas culturais e comércio internacional.» A presente versão está modificada e ampliada.

** Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

1. Em 1776 a Capitania das Minas Gerais contava com uma população total de 319.769 indivíduos. A Bahia, segunda colocada, tinha 288.848 habitantes. Ver Alden, Dauril. 1991. - «Late colonial Brazil, 1750-1808» - In: Leslie Bethell (ed.), *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 286. O mesmo autor (p. 290) demonstra que Minas mantinha a posição dianteira no fim do período colonial e tinha 494.759 moradores, dos quais 23,6% eram brancos, 33,7% eram africanos e mestiços livres, 40,9% eram escravos e 1,8% eram índios.

embora a impermeabilidade de certos costumes, discursos e representações também se fizesse presente, ainda que pouco explicitada. Enfim, formara-se na Minas setecentista um quadro social propício à efervescência cultural, à formação de pecúlio pelos escravos, à compra da alforria e, até mesmo, à ascensão econômica de alguns forros com mais sorte. E essa situação existiu desde as primeiras décadas de ocupação da região.²

Bárbara Gomes de Abreu e Lima, uma crioula que saiu escrava de Sergipe Del Rei em direção às Minas, experimentou dessa mobilidade com muita perspicácia. Ela protagonizou um caso exemplar, parcialmente registrado em seu testamento. Corria o ano de 1735, quando Bárbara decidiu registrar em cartório seus legados testamentais. Nesses papéis declarava que havia se forrado nas Minas, aludindo à sua auto-compra - através, possivelmente, da coartação³ - e que também havia comprado a casa onde morava, localizada no largo da igreja matriz da Vila de Sabará, endereço nada modesto. Sua rede de amizades era também notável: além de ampla, espalhava-se por várias regiões das Minas Gerais e pela Bahia. Ela tinha negócios distribuídos por toda essa área, embora nenhuma palavra tenha sido dedicada a explicá-los. Para cuidar desses seus interesses indicou doze homens de sua confiança como testamenteiros. Entre eles, um capitão mor, o vigário da vara da comarca do Rio das Velhas, um mestre-de-campo, dois sargentos mores e um tenente-coronel. Nenhum dos doze indicados era negro ou mestiço e não parecia haver pobres entre eles. Esse número de testadores e as várias

2. Em 1732, o Conde das Galveas, então governador da Capitania, escrevia ao rei sobre a vida dos forros na região. Em relação aos negros forros «...ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos nas lavras do ouro, nas dos diamantes, nas roças e comumente faiscam para si de que se segue a Vossa Majestade a utilidade de seus quintos que seriam menos se eles não minerassem...», dizia ele. Ver Arquivo Público Mineiro/CMOP - códice 35 - Registro de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos - 1735-1736, f. 118-118v. Sobre o quadro de mobilidade física e cultural nas Minas, sobretudo no que se refere à população forra ver Furtado, Júnia Ferreira. 2003. - *Chica da Silva e o contratador dos diamantes; o outro lado do mito*. - São Paulo: Companhia das Letras; Furtado, Júnia Ferreira (org.) 2001. - *Diálogos Oceânicos; Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. - Belo Horizonte: EdUFMG; Paiva, Eduardo França. 2001(a). - *Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789*. - Belo Horizonte: EdUFMG; Paiva, Eduardo França. 1995(a). - *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. - São Paulo: Annablume; Paiva, Eduardo França & Carla Maria Junho Anastasia (orgs.) 2002. - *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. - São Paulo & Belo Horizonte: Annablume & PPGH-UFMG; Romeiro, Adriana 2001. - *Um visionário na corte de D. João V; revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. - Belo Horizonte: EdUFMG; Souza, Marina de Mello e 2002. - *Reis negros no Brasil escravista; história da festa de Coração de Rei Congo*. - Belo Horizonte: EdUFMG.

3. A coartação foi prática recorrente em Minas e, resumidamente, significava o pagamento parcelado da alforria, efetuado pelo próprio escravo. Tratava-se de acordo estabelecido diretamente entre senhores e escravos. Ver sobre o assunto Paiva, Eduardo França. 1995(b). - «Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial.» - In: *Revista de História*, USP-São Paulo, n.133, pp. 49-57; Paiva, E. F., 2001, op. cit.; Paiva, E. F., 1995(a), op. cit.; Paiva, Eduardo França 1995(c). - «Um aspecto pouco conhecido das alforrias: a coartação em Minas Gerais no século XVIII.» - In: *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*, UFRJ-Rio de Janeiro, n.2, pp. 47-53, 1995 e Souza, Laura de Mello e. 1999. - «Coartação; problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII.» - In: *Norma e conflito; aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: EdUFMG.

praças onde atuariam é fato raro mesmo nos testamentos de homens brancos e ricos e apenas isso já acusa a singularidade do caso. Mas o conjunto de pequenos bens materiais listado pela testadora é o que chama a atenção. Tratava-se, em boa medida, dos componentes de uma penca de balangandãs que encontravam-se espalhados, empenhados na mão de algumas pessoas próximas de Bárbara.⁴ Entretanto, em momento algum houve referência ao objeto original. Comuns entre as negras escravas e, principalmente, entre as forras na Bahia, essas pencas de pequenos amuletos eram muito menos usadas nas Minas e pode estar aí um dos motivos que obrigaram Bárbara a fragmentar a que possuía. De toda forma é claro o desejo de fazer com que todos os berloques reintegrassem a penca após a sua morte, como se pode constatar na transcrição do trecho abaixo. Ela dizia ter:

«... seis cordões pesando cento e uma oitavas, um se acha empenhado na mão de Thereza de Jesus, mulher de Antonio Alves por vinte oitavas e três na mão de Jozé Ferreira Brazam donde se acham dois cordões emendados que fazem um, quarenta oitavas, um cordão com uma águia, um pente, uma estrela, uma argola solta, um coração, tudo em ouro, também empenhado na mão de Jozé Ferreira Brazam, um cordão de ouro, um feitio de menino Jesus de ouro pesando cinco oitavas, umas argolinhas de ouro pesando quatro oitavas, uma senhora de feitio de Nossa Senhora da Conceição pesando três oitavas e meia, uns brincos de aljófar e uns botões de ouro, umas argolinhas de ouro pequenas, uma bola de âmbar, uma volta de corais engranzados em ouro, um coral grande com uma figa pendurada, tudo de ouro, quatro colheres de prata pesando oito oitavas cada uma, quatro garfos de prata e uma faca com cabo de prata, duas memórias de emberessadeiras [sic], dois pares de botões de anáguas abertos no buril, tudo empenhado na mão de Manoel de Magalhaens por sete oitavas, o que meus testamenteiros desempenharão. Item tenho empenhado mais um cordão de ouro com o peso que se achar na mão de Jozé Rodrigues de Souza por vinte oitavas que meus testamenteiros desempenharão. [...] um tacho grande de cobre e outro pequeno, doze pratos de estanho e dois grandes, uns corais, quatro saias, duas de seda

4. Sobre os balangandãs e outros amuletos, assim como sobre o uso deles e os significados a eles atribuídos ver Delarozzière, Marie-Françoise 1994. - *Perles d'Afrique*. - Aix-en-Provence: Édisud; Lody, Raul 2001. - *Jóias de Axé; fios-de-contas e outros adornos do corpo – a joalheria afro-brasileira*. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lody, Raul 1995. - *O povo do Santo; religião, história e cultura dos Orixás, Voduns, Inquices e Caboclos*. - Rio de Janeiro: Pallas; Lody, Raul 1988. - *Pencas de balangandãs da Bahia; um estudo etnográfico das jóias-amuletos*. - Rio de Janeiro: FUNARTE & Instituto Nacional do Folclore; Morton, Robert (ed.) 1997. - *The Splendour of Ethnic Jewelry*. - London: Thames & Hudson; Paiva, 2001(a), op. cit., pp. 217-238; Paiva, Eduardo França 2001(b). - «Celebrando a alforria: amuletos e práticas culturais entre as mulheres negras e mestiças do Brasil.» - In: Jancsó, István & Kantor, Íris (orgs.), *Festa; cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: EDUSO & FAPESP & Imprensa Oficial, pp. 505-518; Paiva, Eduardo França 2004. - «Pequenos objetos, grandes encantos.» - In: *Nossa História*, São Paulo: Vera Cruz & Biblioteca Nacional, n. 10, pp. 58-62.

preta e uma de rossa (sic) grana (sic) parda e uma de camelão e a roupa branca que se achar [...] três panos de dois côvados, um preto, um azul e um verde, um colchão de lã ...»⁵

O tal Jozé Ferreira Brazam, com quem a maior parte da coleção de penduricalhos encontrava-se guardada, era Capitão-mor e um dos testamenteiros indicados por Bárbara para defenderem seus interesses na Vila de Sabará. Aliás, eram o mesmo local e época em que viveu Luzia Pinta⁶, uma africana forra acusada de heresia e presa pela Inquisição. Não é difícil, então, supor que as duas possam ter se conhecido e até mesmo compartilhado experiências e práticas culturais afro-brasileiras. O receio de futuros problemas com as autoridades eclesiásticas talvez tenha sido outro motivo que levou Bárbara a desmembrar sua penca e a espalhar os pequenos pingentes entre alguns amigos, retirando o sentido transgressor do conjunto. Mantê-los empenhados nas mãos de amigos poderosos era, portanto, uma boa estratégia de defesa. Afinal, a forra havia experimentado notável ascensão econômica e social e a penhora não tinha sido motivada, certamente, por dificuldades financeiras.

Trazer os balangandãs à cintura, como era de costume, servia para proteger a portadora. No geral, os pingentes eram representações de fertilidade e da sexualidade femininas e eram emblemas do poder exercido pelas mulheres sobre o processo de formação das famílias e de outros grupos sociais. Alguns dos penduricalhos, porém, podem ter tido significados particulares para os iniciados em práticas religiosas africanas e afro-brasileiras. O que parecia, portanto, ser um adorno sem especial importância para uns, era indicador de autoridade, de poder, de devoção e de proteção para outros. E estes signos maquiados estendiam-se, também, à indumentária e aos corte e arranjo de cabelo.⁷

Guardiã de tradições ancestrais, sacerdotisa e exemplo inequívoco de autonomia, mobilidade e poder femininos influenciado por experiências anteriores e inspirador de novos casos. Este perfil ajusta-se, sem sobras, ao caso da crioula Bárbara. De uma das mulheres que formavam a minoria da massa de escravos brasileira, ela, ao forrar-se, elevou o número de mulheres libertas, que constituíram o grupo majoritário entre os forros durante

5. MO/CPO-TEST - código 2, f. 86v-91. Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima - Sabará, 12 jul. 1735.

6. Sobre o processo de Luzia Pinta e sobre sua atuação em Sabará ver Mott, Luiz 1994. - «O calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739» - In: *Revista do IAC, UFOP, Ouro Preto*, n. 1, pp. 73-82, e Souza, Laura de Mello e 1986. - *O diabo e a Terra de Santa Cruz; feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. - São Paulo: Companhia das Letras, p. 267.

7. Ver sobre os assuntos: Baduel, Céline & Claude Meillassoux 1975. - «Modes et codes de la coiffure ouest-africaine» - In: *L'Ethnographie*, Société d'Ethnographie de Paris. Paris: Gabalda, pp. 11-59; Barros, Sigríd Porto de 1947. - «A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia.» - In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, n. VIII pp. 117-154; Falgayrettes-Leveau, Christiane & Iris Hahner (eds.) 2003. - *Parures de tête Hairstyles and headdresses*. Paris: Musée Dapper; Lara, Silvia Hunold s/d. - *Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII)*. - Campinas: s/l; Lara, Silvia Hunold s/d. - *Sob o signo da cor: trajes femininos e relações raciais nas cidades do Salvador e do Rio de Janeiro, ca. 1750-1815*. - Campinas: s/l; Paiva, 2001(b), op. cit.; Reis, João José 1988. - «Magia Jeje na Bahia: a invasão do Calundu do Pasto da Cachoeira, 1785.» - In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, n. 16, pp. 57-81; Sieber, Roy & Frank Herreman (ed.) 2000. - *Hair in African Art and Culture*. - New York: The Museum for African Art & Prestel.

o período colonial e o Império. Vários dos badulaques inventariados representavam e celebravam seu triunfo pessoal, isto é, a alforria e a ascensão econômica, não obstante a ostentação deles ser prática coletiva e recorrente entre as forras.

Forras e escravas demonstravam prestígio, exibiam veladamente devoções e representações e punham em prática códigos de comportamento, de hierarquia e de poder, através de seus balangandãs. Nesse jogo teatral desenvolvido no espaço público, mas também exercitado na esfera do privado, muito do que era encenado e concretizado sob os olhares senhorias passava despercebido dos proprietários ou, em certa medida, chegava mesmo a ser compartilhado por eles, pois isso também fazia parte das relações cotidianas: acordos, ainda que implícitos, e certa tolerância. As trajetórias desses vários escravos e escravas, condensadas em boa medida no caso de Bárbara, retratam bem as rotas culturais engendradas no Brasil Colônia.

O caso da liberta Bárbara indica, também, o grau de integração mercantil alcançado durante o século XVIII. Aliás, é preciso sublinhar a interligação do mundo, de maneira consolidada já nessa época e a posição central das várias regiões da África nessas trocas financeiras e culturais, que aproximavam Oriente e Ocidente. Entre os objetos descritos no testamento da crioula, vários eram os itens de grande valor no comércio internacional setecentista, que os habitantes das Minas Gerais ajudaram a fomentar.⁸ Aljôfares (pérolas pequenas), corais, âmbar e vários tipos de tecido, por exemplo, chegavam em quantidade ainda não mensurável, depois de atravessarem o mundo. Navegadores e comerciantes portugueses e brasileiros tratavam de trazê-los da África, do Oriente Médio, da Índia e da China e os primeiros foram mesmo pioneiros desta empresa. Desde o século XV eles desenvolveram relações comerciais com os moradores dessas regiões e a partir do século XVI abasteceram o Novo Mundo, principalmente o Brasil, de especiarias e de outros artigos.⁹ Durante o auge da exploração aurífera e do comércio, no setecentos brasileiro, esse mercado ampliou substancialmente sua demanda e transformou-se em endereço privilegiado para produtos europeus e orientais.

8. É bastante esclarecedor sobre o assunto o texto de Carreira, Ernestine 1997. - « Au XVIIIe siècle: l'Océan Indien et la traite négrière vers le Brésil. » - In: K. de Q. Mattoso (dir.) 1997. - *Esclavages; histoire d'une diversité de l'Océan Indien à l'Atlantique sud.* - Paris: L'Harmattan. A autora afirma que desde meados do século XVII existiram em Daman e em Diu, possessões portuguesas na Índia, fábricas especializadas em tecidos destinados ao mercado brasileiro e que a partir do século XVIII, com a descoberta do ouro e o crescimento demográfico, a demanda brasileira sofreu «uma evolução brutal» (pp. 58-59). Ver, também, Furtado, Júnia Ferreiora 1999. - *Homens de negócio; a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas.* - São Paulo: Hucitec; Furtado, J. F. (org.), 2001, op. cit.; Gruzinski, Serge 2004. - *Les quatre parties du monde; histoire d'une mondialisation.* - Paris: Éditions de la Martinière; Paiva, 2001(a), op. cit.; Paiva & Anastasia (orgs.), 2002, op. cit.

9. Ernestine Carreira demonstra a intensidade do comércio realizado pelos portugueses com o Oriente e, também, como os comerciantes fixados na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro mantiveram e aumentaram suas relações comerciais com as possessões portuguesas do Oceano Índico. Sobre a transformação do Rio de Janeiro na mais importante praça comercial colonial, chegando em determinados momentos a suplantarem a importância de Lisboa. Ver Alencastro, Luiz Felipe de 2000. - *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* - São Paulo: Companhia das Letras; Carreira, 1997, op.cit., e Lisanti, Luís 1973. - *Negócios Coloniais.* - Brasília & São Paulo: Ministério de Fazenda & Visão, 5 vol. Ver tanto a correspondência referente ao Rio de Janeiro, no volume III (pp. 275-277 especialmente), quanto à relativa a Minas Gerais, no volume I (pp. 227-233 especialmente).

Junto com eles, claro, chegaram representações e modos de uso, que foram apropriados e reconstruídos no Brasil.

Os corais que Bárbara possuía nas Minas Gerais do século XVIII nos servirão, a partir de agora, como guias de uma viagem a tempos mais remotos e a espaços muito diversos. O uso de corais na Colônia era, então, comportamento que sumariava longos e antigos trajetos. Material orgânico marinho, não era explorado nas costas brasileiras, mas na costa do Mediterrâneo e no Oceano Índico. Os mercadores venezianos, por exemplo, traficavam-no entre o Ocidente e o Oriente e os incluíam nos negócios com o norte da África desde o século XV. O coral era mercadoria apreciada e cara em toda essa região e deu origem à variada sorte de adornos corporais, de objetos decorativos e de amuletos. Os pintores renascentistas italianos, com frequência, colocaram colares e pulseiras de corais vermelhos em contas polidas em suas inúmeras representações da «Virgem com o menino Jesus». Em vários desses casos, uma rama de corais apareceu pendendo no colar em torno do pescoço do menino, como amuleto contra mal olhado e contra outros males. Em vários desses quadros eles foram associados a romãs, a cachos de uvas e ao aleitamento, indicando a fecundidade materna. Desde o século XIII, entretanto, na mesma península itálica, o sangue que vertia do Cristo flagelado e crucificado, era pintado sob as tortuosas formas dos corais *in natura* e Giovanni de Modena, no quatrocentos, juntava os dois elementos no peito do Cristo menino, em tela guardada no Museu do Louvre¹⁰. Representações semelhantes foram realizadas por vários pintores da Holanda e da Flandres dos séculos XVI e XVII. No mesmo século XVII, pintores franceses e flamengos associavam grandes e viçosas ramas de coral à América, alusão ao «exotismo», à fertilidade e às riquezas da região.

No continente africano, o uso dos corais foi muito difundido desde o século XV e os portugueses foram grandes fornecedores do material. No antigo Reino do Benin, parte da atual Nigéria, desde o século XV eram feitas cabeças em cobre, que tinham o pescoço completamente cobertos por voltas de corais polidos, engranzados, sob a forma de pequenos cilindros. Às vezes, toucas de coral com fios do mesmo material pendendo delas, tudo moldado em cobre, cobriam as tradicionais cabeças feitas pelos artistas do Benin, essa região que, a partir do século XVI, forneceria grande número de escravos ao Brasil. Os navegadores portugueses estabeleceram contatos comerciais, feitorias e fortalezas em toda essa área do Golfo de Guiné desde a primeira metade do século XV e em troca do ouro aí existente deixaram, entre outras mercadorias, grande quantidade de corais. Tratava-se de item precioso na África, assim como na Europa, e os portugueses sabiam disso perfeitamente. Um comentarista luso, chamado Duarte Barbosa, registrou o interesse dos portugueses pela mercadoria rubra em um livro publicado pela primeira vez em Veneza, no ano de 1518. Ele descrevia os vários tipos de coral comercializado pelos portugueses e o valor pago por eles.¹¹

Os corais trazidos do Oriente Médio e da Ásia pelos portugueses e vindos, também, do Mediterrâneo (regiões hoje pertencentes à Itália, à Espanha, à Argélia e à Tunísia) transformaram-se em objetos de uso corrente da corte

10. Giovanni da Modena, conhecido em Bolonha, entre 1398 e 1456. A tela à qual me refiro, «A Virgem e o menino», foi pintada entre 1420 e 1425.

11. Ver Barbosa, Duarte 1518. - *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa* - Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 159 e 168.

beninense e em várias regiões da África Central. No reino de Benin, historicamente, as contas de coral «*eram enfiadas juntas em um fio da cauda de um elefante, animal estreitamente associado à realeza e à força*». E desde o reinado do guerreiro Êwuaré (século XV) era realizada a cerimônia anual do coral, «*rito que tinha como objetivo renovar os vínculos sagrados e políticos do Benin, mas, também, comemorava a aquisição das primeiras contas de coral junto a Olokun [deus da saúde e do mar] e o nascente comércio com a Europa*».¹² O rei Êsigié do Benin, no início do século XVI, fomentou o comércio com os europeus, comprando-lhes muito bronze e latão e tornou-se famoso por ler e falar português.

Os corais também eram apreciados no reino Ashanti ou Costa da Mina (atual Gana) e nos reinos do Daomé (povo Fon) e Yoruba (atual Nigéria). A eles e a outros tipos de contas coloridas (cada cor ou mistura de cores vinculavam-se a divindades) muitas vezes foi associado o ouro, existente em grande quantidade nesses reinos. Era, aliás, a busca desse ouro que vinha instigando os portugueses a, cada vez mais, se fazerem presentes nas terras africanas, tanto na costa, quanto no interior.¹³ Mercadorias do Oriente eram muito bem aceitas pelos africanos em troca do seu ouro, como chegou a atestar o já mencionada Duarte Barbosa.¹⁴

Depois de introduzidos na África esses produtos receberam novos significados e propriedades. Ora, os usos seculares, os costumes e representações arraigadas entre os povos Ashanti, Yoruba, Fon e, também, do Congo, de Angola e de Moçambique iriam atravessar o Atlântico e entrar no Brasil junto com os milhões de homens e mulheres escravizados levados da África. E muitos desses costumes foram mantidos, na América Portuguesa, quase que inalterados, embora praticamente invisíveis aos olhares mais teimosamente europeizados. Aliás, essas permanências são excelentes pontos de partida para uma reflexão mais aprofundada sobre hibridismos e impermeabilidades culturais no Brasil.

A incidência de corais e de tecidos coloridos de enorme variedade de tipos é notável nos testamentos e inventários *post-mortem* mineiros.¹⁵ E, res-

12. As afirmações reproduzidas foram retiradas de Blier, Suzanne Preston 1998. - *L'art royal africain*. - Paris: Flammarion, pp. 47 e 55.

13. Não é por acaso ou por coincidência que os escravos oriundos da região aurífera da Costa da Mina formavam um grupo muito numeroso, talvez o maior, em Minas Gerais. Eram homens e mulheres que tinham boa experiência em atividades mineradoras e em outras ligadas a ela e, por isso, foram intensamente levados para as Gerais. Segundo Blier, *ibid.*, p.139, as mulheres, no reino Ashanti, monopolizavam a fiação do ouro. Essas mulheres dominavam, também, o comércio de alimentos feito nas ruas, assim como ocorrerá em Minas Gerais e em outras áreas do Brasil e, ainda, no Caribe. Quanto a esse tema, ver Bush, Barbara 1990. - *Slave women in Caribbean society - 1650-1838*. - Hingston: Heinemann Publishers, pp. 48-49; Furtado, J. P., 2003, *op. cit.*; Paiva, 2001(b), *op. cit.* e Paiva, 1995, *op. cit.*, pp. 78-84. Sobre a mineração com técnicas africanas nas Minas Gerais, ver Paiva, Eduardo França. - «Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo» - In: Paiva & Anastasia, 2002, *op. cit.*, pp. 187-207.

14. Ver Barbosa, *op. cit.*, pp. 46-47,49,65-66.

15. Um bom inventário dos tecidos e das cores mais encontrados nas Minas setecentistas foi organizado por Souza, Maria Eliza de Campos s/d. - *A indumentária setecentista das Minas do Rio das Velhas nos inventários post-mortem*. - UFMG-Belo Horizonte (mimeo). Ver, também, Janeiro, Erlaine Aparecida 2003. - *A sociedade das aparências: Vila Rica (1789-1807)*. - Monografia apresentada ao curso de pós-graduação Lato Sensu em História de Minas, século XIX, da Universidade Federal de São João Del Rei, (mimeo); Lara, S. H. *Sedas, panos e balangandás...* *op. cit.*; Lara, S. H. *Sob o signo da cor...* *op. cit.*; Lisanti, 1973, *op. cit.*; Mol, Cláudia Cristina 2003. - «Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas de Vila Rica.» - In: *Oficina do Inconfidência; revista de trabalho*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, n. 2, pp. 65-82.

salte-se, tanto de homens, quanto de mulheres e tanto de livres, quanto de forros. Fios de contas, é outro item listado com frequência nessa documentação, embora não haja, na maior parte das vezes, identificação delas. Os brincos de aljófares aparecem de maneira recorrente. O âmbar é, entre esses produtos, o mais raro.¹⁶ Além de terem propriedades mágicas e místicas esses objetos eram parcela importante da riqueza acumulada na América portuguesa. E os corais engranzados em ouro eram, sem dúvida, os mais incidentes desses itens.

Entre as forras e os livres que faziam uso dos corais deve ter havido grandes diferenças no que se refere à apropriação do material, ao uso ritual dele e aos significados a ele atribuídos. Usá-lo em contas, à maneira dos africanos da Costa da Mina, ou em ramos, à moda dos amuletos europeus ou, ainda, transformá-los em figas, que, não obstante serem consideradas objetos de origem africana, chegaram ao Brasil via Europa, foram opções pessoais e de grupos. Misturá-los a diferentes contas de várias tonalidades, usá-los juntos a outros fios e cordões, foi escolha estética, mas foi, também, indicativo de devoção, de vinculação religiosa, de guarda de tradições culturais, de autoridade e de poderes.

Mas será que todos os corais foram usados como amuletos? Raul Lody observa com razão que qualquer amuleto deve «*passar por uma preparação, quer dizer, uma impregnação de propriedades mágicas, de modo que o objeto possa realmente desempenhar seu papel de símbolo possuidor de valores mágicos*».¹⁷ Esse procedimento era válido para as diferentes matizes religiosas e culturais que compunham o universo brasileiro desde os primeiros tempos de ocupação das terras pelos portugueses. Eram igualmente importante entre os povos africanos e, entre eles, por exemplo, os Mandinga, que viveram em extensa área da África sub-saariana, durante séculos, abrigados por diferentes reinos, impérios e estados que se formaram sucessivamente na região.

Desde o final do século XVI, muitos escravos oriundos das regiões próximas ao Golfo de Guiné, incluídos os mandingas, foram embarcados no célebre porto ou fortaleza de São Jorge da Mina, construído no fim do século XV pelos portugueses, mais tarde tomado pelos holandeses.¹⁸ Depois de cruzarem o Atlântico, desembarcavam na costa americana, principalmente na Bahia e em Pernambuco. Já no final do século XVII esses escravos mandingas estavam presentes no interior da América portuguesa, nos chamados sertões, e no início do setecentos muitos deles já haviam adentrado pelas

16. *A priori*, essa raridade causa certa surpresa, uma vez que Gândavo, Pero Manoel de 1576. - *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. - Recife: FUNDAJ & Ed. Massangana. Organização de Leonardo Dantas Silva, 1995, p. 16, acusava a existência de muito âmbar na costa marítima brasileira nas últimas décadas do século XVI e no verbete «Âmbar» de Albuquerque, Luís de (dir.) 1994. - *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. - Lisboa: Caminho, 2 vol., afirma-se que Lisboa, no século XVI, passou a ser o centro distribuidor para a Europa dessa valiosa resina vegetal trazida do oriente.

17. Ver Lody, 1995, op. cit., p. 212. Ver, também, Lody, 1988, op. cit.; Lody, 2001, op. cit. e Ewbank, Thomas 1857. - *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas*. - Belo Horizonte & São Paulo: Itatiaia & EDUSP, 1976, pp. 103-104.

18. A data de construção do castelo é a de 1482. Os holandeses o tomaram dos portugueses em 1637, durante o período em que as coroas ibéricas permaneceram unificadas.

terras da futura Capitania das Minas Gerais¹⁹, chegando próximo às áreas centrais de mineração.

Grande parte desses mandingueiros vinha, mais especificamente, da região do antigo império Mali, daí malinkes, malê e mandinga.²⁰ Em grande número esses africanos eram convertidos ao Islã, mesmo que continuassem preservando crenças relacionadas às religiões tradicionais, que, na região, eram anteriores ao islamismo. Muitas vezes, ainda em solo africano, Alá e entidades tradicionais haviam se misturado e se complementado, o que acabou sendo fomentado na América portuguesa. O Mali, segundo a tradição, nascera em torno de microestados, que, com o passar do tempo, diante da necessidade de proteção e do avanço do maometismo, se ajuntaram em torno do chefe: o *mansa*. O processo teria ocorrido por volta do século XII. As primeiras chefias se formaram a partir de clãs nobres mandingas e de *mansa* que exercia o poder se encarregando de fazer a ligação entre seu povo e o divino, assumindo, para tanto, o papel de senhor da terra e da chuva.²¹ Antes disso, as primeiras chefias entre os mandingas eram formadas nos clãs de ferreiros, feiticeiros, caçadores, sempre, de alguma forma, vinculados às práticas mais mundanas e importantes para aquelas sociedades e ao poderio mágico religioso. No século XIII, um chefe mandinga se impôs a partir de vitórias em guerras: Sundiata. Considerado um grande mago depois de vitorioso, havia, entretanto, nascido aleijado e, depois, havia sido curado com ajuda de um ferreiro e se transformado em grande caçador. Convocado, no exílio, por sua gente, para poder defendê-la de invasores, Sundiata voltou com numeroso contingente mandinga e sagrou-se vitorioso. Depois disso, o grande império Mali começou a se formar.

Os mandinga, portanto, eram considerados guerreiros «feiticeiros», em que pesem os significados e filtros europeus associados a esse termo. Hibridismo cultural e magia marcavam o perfil e a história desse povo, o que ecoava até mesmo nos exércitos de escravos fiéis ao *mansa*. A organização social do vasto império do Mali se construía, claro, sobre essas características. Segundo o africanista Alberto da Costa e Silva,

19. Criada em 1720, a partir de seu desmembramento da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

20. Ver sobre o assunto Ramos, Arthur 1934. - O negro brasileiro. - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3ra ed., 1951; Reis, João José 1986. - Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos Malês em 1835. - Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 158-214; Rodrigues, Nina 1890-1905. - Os africanos no Brasil. - São Paulo & Brasília: Companhia Editora Nacional & EDUNB, 6 ed., 1982; Silva, Alberto da Costa e 1992. - A enxada e a lança; A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2 ed., 1996, pp. 295-318. Ver também Blier, Suzanne Preston, 1998, op. cit.; D'Almada, André Álvares 1594. - Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde feito pelo Capitão André Álvares d'Almada ano de 1594. - Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Introd. de António Luís Ferronha, 1984; Ferronha, António Luís 1996. - As civilizações africanas. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Fosse, Eustache de La 1480. - Crônica de uma viagem à Costa da Mina no ano de 1480. - Lisboa: Vega. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho, 1992; Ki-Zerbo, Joseph & Djibril Tamsir Niane (dir.) 1991. - Histoire Générale de l'Afrique. IV: l'Afrique du XIIe au XVIe siècle. Paris: UNESCO; Santos, Maria Emília Madeira 1978. - Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África. - Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga & Instituto de Investigação Científica Tropical, 2 ed., 1988.

21. Ver Silva, A. da C. e., 1996, op.cit., pp. 301-302.

«devia ser intrincada a estrutura social e política de um império tão heterogêneo quanto o Mali. No ápice da pirâmide estava o mansa, e depois dele a linhagem real, e num círculo mais largo, o clã dos Queitas. Vinha em seguida a nação mandinga, e após ela, todas as outras. Nas nações, distinguiram-se as famílias reais e a nobreza, os homens livres, os que pertenciam as castas profissionais (como os bardos, os ferreiros, os carpinteiros, os curtidores), os sevos e os escravos.»²²

No seio dessa organização social alguns mandingas, principalmente os letrados islamizados, acabaram por desenvolver fórmulas mágico-religiosas de proteção, aplicadas aos governantes e aos membros das castas poderosas. Transplantadas para o Brasil, essas fórmulas se popularizaram enormemente e, desde, pelo menos, o século XVII as bolsas de mandinga tornaram-se desejadas e temidas, além de terem absorvido o significado de feitiçaria, o que até hoje permanece. Mandinga, entre os brasileiros, ainda nos nossos dias, é termo sinônimo de feitiçaria. As bolsas eram produzidas por mestres malês, segundo João José Reis²³, e continham escritos em árabe, retirados do Corão por esses homens, que, em grande parte, liam e escreviam nessa língua. Os amuletos passaram, então, a ser usados para fechar o corpo dos usuários, impedindo que tiros, facadas, mau-olhado e outros males os atingissem. Os mandingas no Brasil se encarregaram, em alguns momentos, de, além de fecharem o corpo de homens poderosos, também de fazerem-nos ver além dos muros, o que significa grande controle exercido sobre aliados e de inimigos.²⁴ Esses procedimentos se tornaram comuns de norte a sul do Brasil, mas uma rebelião, em Salvador, em 1835, os deixou, junto com as bolsas/amuletos, ainda mais conhecidos. O famoso Levante dos Malês ocorrido na capital baiana acabou revelando a extensão do uso e a inserção dos objetos protetores muçulmanos no cotidiano brasileiro. Vários dos envolvidos na rebelião usavam as bolsas e escritos em árabe, que, confiscados, hoje pertencem a acervos históricos brasileiros.²⁵

Os mandingueiros de 1835, além de rebeldes, eram importantes mantenedores de tradições africanas e afro-brasileiras, que há tempos eram praticadas no Brasil. Desde o final do século XVII há referências às bolsas de mandinga, mas o uso delas, segundo Laura de Mello e Souza, se generaliza no século XVIII no Estado do Grão-Pará e Maranhão, em Pernambuco e na Bahia.²⁶ No início desse século tropas de escravos mandingueiros atuaram em vasta extensão das Minas Gerais, dando suporte bélico e mágico a potentados como o mestre-de-campo Manuel Nunes Viana, que aterrorizava a

22. Ver Silva, A. da C. e., 1996, op.cit., p. 315.

23. Reis, 1986, op. cit. pp. 177-197.

24. Paiva, Eduardo França 2004. - «Milícias negras e culturas afro-brasileiras: Minas Gerais, século XVIII.» - Texto apresentado no colóquio *D'esclave à soldat. Miliciens et soldats d'origine servile, XIII-XXèmes siècles*, EHESS & CERMA & U. de Paris VII, Paris.

25. Há reproduções fotográficas desses objetos em Reis, 1986, op. cit e em Souza, L. de M. e., 1986, op. cit. Alguns deles pertencem aos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

26. Ver Souza, L. de M. e., 1986, op. cit., pp. 210-226.

população da região, roubando-lhes terras e insuflando-a contra as autoridades locais.²⁷

Foi no seio de todo esse movimento, desse trânsito de culturas que, por exemplo, orações populares surgiram e que seguiram sendo evocadas até hoje. Uma delas, expressa bem a mistura entre tradições religiosas, culturais e bélicas africanas, afro-brasileiras e européias, além de evidenciar o sincretismo religioso desenvolvido no Brasil:

«Jorge sentou praça/ na cavalaria/ eu estou feliz porque eu/ também sou da sua companhia/ eu estou vestido com/ as roupas e as armas de Jorge/ para que meus inimigos/ tenham mãos e não me toquem/ para que meus inimigos/ tenham pés e não me alcancem/ para que meus inimigos/ tenham olhos e não me vejam/ e nem mesmo o pensamento/ eles possam ter para/ me fazerem mal/ armas de fogo/ meu corpo não alcançarão/ facas e espadas se quebrem/ sem o meu corpo tocar/ cordas e correntes se arrebitem/ sem o meu corpo amarrar/ pois eu estou vestido/ com as roupas e as armas de jorge/ jorge é da capadócia.»²⁸

A permanência dessas práticas é a melhor expressão de sua apropriação pela população africana e afro-brasileira, além, claro, da apropriação por outros grupos sociais no presente e no passado. Mas, as representações incorporadas a objetos de culto e de uso mágico nunca foram facilmente apreendidas por observadores leigos. E isso atinge tanto o cronista antigo, quanto o historiador moderno. Os amuletos, sejam as bolsas de mandingas, os escritos em árabe, sejam de coral, de âmbar ou de qualquer outra matéria são, contudo, pequenos fragmentos que podem esclarecer práticas culturais e relacionamentos sociais no passado e no presente. Eles ajudam a desvelar teias do imaginário e comportamento de grupos. Demonstram, também, como certos grupos e certos indivíduos construíram sociabilidades e distinções sociais, como atribuíram poderes aos símbolos e como escolheram símbolos para representar poderes. Receptores dos mais diferentes desejos dos crentes e de terríveis esconjuros dos temerosos esses objetos podem tornar-se, também, fontes de inúmeras indagações dos historiadores. Sobre tudo dos historiadores da Cultura, que devem estar preparados para escutarem as respostas dadas por eles, como diria E. P. Thompson²⁹. Preparados, inclusive, para as respostas enigmáticas, cifradas e confusas ou, até mesmo, para o silêncio. É aqui, portanto, que o historiador deve distinguir-se do curioso leigo ou do cronista mais interessado em seguir registrando suas impressões, que em deter-se diante de algumas dúvidas. É preciso, pois, que ele avance contra as versões cristalizadas, às vezes ingênuas, outras vezes derivadas de julgamentos religiosos e político-ideológicos. É necessário, ainda, que ele transforme em elemento de reflexão as incompreensões deixadas por «estrangeiros» que, em muitos caso, valem mais que várias

27. Ver Paiva, 2004, op. cit.

28. Retirado de Veloso, Caetano. *Caetano – Prenda Minha*. Polygram do Brasil, 1998.

29. Refiro-me a Thompson, E. P. 1978- *A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser* - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, pp.47-62.

descrições minuciosas dos envolvidos. Como disse no século XIX o protestante norte-americano Thomas Ewbank, «*pode haver uma sugestão filosófica no brinco*». ³⁰ Quando ele visitava a Rua dos Ourives, no Rio de Janeiro, onde eram confeccionados vários tipos de amuletos, deparou-se com uma peça de coral encaestado e quis mais informações sobre ela. A dificuldade enfrentada pelo estrangeiro, no sentido mais amplo do termo, diante de representações pouco familiares emerge nitidamente em seu registro seco e objetivo: «*o artista explicou suas virtudes mas eu não o compreendi*». ³¹ É bem provável que o arguto Ewbank não tivesse sido admitido ao grupo de usuários cariocas (entre eles, iniciados em religiões afro-brasileiras) do amuleto de coral. Daí a incompreensão da explicação proporcionada pelo «artista», segundo o autor.

30. Ewbank, 1976, op. cit. p. 105.

31. Ibid. p. 104.

Fontes de arquivo

- Arquivo Público Mineiro/CMOP - código 35 - *Registro de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos, 1735-1736* - f. 118-118v.
- MO/CPO-TEST - código 2 - «Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima. Sabará, 12 jul.» 1735, f. 86v-91.

Bibliografia

- Albuquerque, Luís de (dir.) 1994. - *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. - Lisboa: Caminho, 2v.
- Alden, Dauril. 1991. - «Late colonial Brazil, 1750-1808» - In: Leslie Bethell (ed.), *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Alencastro, Luiz Felipe de 2000. - *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. - São Paulo: Companhia das Letras.
- Baduel, Céline & Claude Meillassoux 1975. - «Modes et codes de la coiffure ouest-africaine» - In: *L'Ethnographie*, Société d'Ethnographie de Paris. Paris: Gabalda, pp.11-59.
- Barbosa, Duarte 1518. - *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa* - Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- Barros, Sigríd Porto de 1947. - «A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia.» - In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, n. VIII pp. 117-154.
- Blier, Suzanne Preston 1998. - *L'art royal africain*. -Paris: Flammarion.
- Bush, Barbara 1990. - *Slave women in Caribbean society - 1650-1838*. - Hingston: Heinemann Publishers.
- Carreira, Ernestine 1997. - « Au XVIIIe siècle: l'Océan Indien et la traite négrière vers le Brésil.» - In: K. de Q. Mattoso (dir.), *Esclavages; histoire d'une diversité de l'océan Indien à l'Atlantique sud*. Paris: L'Harmattan.
- D'Almada, André Álvares 1594. - *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde feito pelo Capitão André Álvares d'Almada ano de 1594*. - Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Introd. de António Luís Ferronha, 1984.
- Delarozzière, Marie-Françoise 1994. - *Perles d'Afrique*. - Aix-en-Provence: Édisud.
- Ewbank, Thomas 1857 - *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas*. - Belo Horizonte & São Paulo: Itatiaia & EDUSP, 1976.

- Falgayrettes-Leveau, Christiane & Iris Hahner (eds.) 2003. - *Parures de tête Hairstyles and headdresses*. Paris: Musée Dapper.
- Ferronha, António Luís 1996. - *As civilizações africanas*.-Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Fosse, Eustache de La 1480. - *Crônica de uma viagem à Costa da Mina no ano de 1480*. - Lisboa: Vega. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho, 1992.
- Furtado, Júnia Ferreiora 1999. - *Homens de negócio; a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. - São Paulo: Hucitec.
- _____ (org.) 2001. - *Diálogos Oceânicos; Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. - Belo Horizonte: EdUFMG.
- _____ 2003. - *Chica da Silva e o contratador dos diamantes; o outro lado do mito*.- São Paulo: Companhia das Letras.
- Gândavo, Pero Manoel de 1576. - *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. - Recife: FUNDAJ & Ed. Massangana. Organização de Leonardo Dantas Silva 1995
- Gruzinski, Serge 2004. - *Les quatre parties du monde; histoire d'une mondialisation*. - Paris: Éditions de la Martinière.
- Januário, Erlaine Aparecida 2003.- *A sociedade das aparências: Vila Rica (1789-1807)*. - Monografia apresentada ao curso de pós-graduação Lato Sensu em História de Minas, século XIX, da Universidade Federal de São João Del Rei (mimeo).
- Ki-Zerbo, Joseph & Djibril Tamsir Niane (dir.) 1991. - *Histoire Générale de l'Afrique*. IV: *l'Afrique du XIIIe au XVIe siècle*. Paris : UNESCO.
- Lara, Silvia Hunold s/d. - *Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII)*. - Campinas: s/l;
- _____ s/d. - *Sob o signo da cor: trajes femininos e relações raciais nas cidades do Salvador e do Rio de Janeiro, ca. 1750-1815*. - Campinas: s/l;
- Lisanti, Luís 1973. - *Negócios Coloniais*.- Brasília & São Paulo: Ministério de Fazenda & Visão, 5 vol.
- Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- Lody, Raul 1988. - *Pencas de balangandãs da Bahia; um estudo etnográfico das jóias-amuletos*. - Rio de Janeiro: FUNARTE & Instituto Nacional do Folclore.
- _____ 1995. - *O povo do Santo; religião, história e cultura dos Orixás, Voduns, Inquices e Caboclos*.- Rio de Janeiro: Pallas.
- _____ 2001. - *Jóias de Axé; fios-de-contas e outros adornos do corpo - a joalheria afro-brasileira*. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mol, Cláudia Cristina 2003. - «Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas de Vila Rica.» - In: *Oficina do Inconfidência; revista de trabalho*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, n. 2, pp. 65-82.
- Morton, Robert (ed.) 1997. - *The Splendour of Ethnic Jewelry*. - London: Thames and Hudson.
- Mott, Luiz 1994. - «O calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739» - In: *Revista do IAC, UFOP, Ouro Preto*, n. 1, pp. 73-82.
- Paiva, Eduardo França & Carla Maria Junho Anastasia (orgs.) 2002. - *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. - São Paulo & Belo Horizonte: Annablume & PPGH-UFMG.

- Paiva, Eduardo França 1995(a). - *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. - São Paulo: Annablume.
- _____ 1995 (b). - «Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial.» - In: *Revista de História*, USP-São Paulo, n.133, pp. 49-57.
- _____ 1995(c). - «Um aspecto pouco conhecido das alforrias: a coartação em Minas Gerais no século XVIII.» - In: *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*, UFRJ-Rio de Janeiro, n.2, pp. 47-53.
- _____ 2001 (a). - *Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716 - 1789*. - Belo Horizonte: EdUFMG.
- _____ 2001 (c). - «Celebrando a alforria: amuletos e práticas culturais entre as mulheres negras e mestiças do Brasil.» - In: Jancsó, István & Íris Kantor (orgs.), *Festa; cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: EDUSO & FAPESP & Imprensa Oficial, pp. 505-518.
- _____ 2002. - «Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo.» - In: E. F. Paiva & Carla Maria Junho Anastasia (orgs.), *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. São Paulo & Belo Horizonte: Annablume & PPGH-UFMG, pp. 187-207.
- _____ 2004(a). - «Pequenos objetos, grandes encantos.» - In: *Nossa História*, São Paulo: Vera Cruz & Biblioteca Nacional, n. 10, pp. 58-62.
- _____ 2004(b). - «Milícias negras e culturas afro-brasileiras: Minas Gerais, século XVIII.» - Texto apresentado no colóquio *D'esclave à soldat. Miliciens et soldats d'origine servile, XIII-XXèmes siècles*, EHESS & CERMA & U. de Paris VII, Paris.
- Ramos, Arthur 1934. - *O negro brasileiro*. - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3ra ed., 1951.
- Reis, João José 1986. - *Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos Malês em 1835*. - Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Reis, João José 1988. - «Magia Jeje na Bahia: a invasão do Calundu do Pasto da Cachoeira, 1785.» - In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, n. 16, pp. 57-81.
- Rodrigues, Nina 1890-1905. - *Os africanos no Brasil*. - São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/EDUNB, 6 ed., 1982.
- Romeiro, Adriana 2001. - *Um visionário na corte de D. João V; revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. - Belo Horizonte: EdUFMG.
- Santos, Maria Emília Madeira 1978. - *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. - Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga & Instituto de Investigação Científica Tropical, 2 ed., 1988.
- Sieber, Roy & Frank Herreman (ed.) 2000. - *Hair in African Art and Culture*. - New York: The Museum for African Art & Prestel.
- Silva, Alberto da Costa e 1992. - *A enxada e a lança; A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2 ed., 1996.
- Souza, Laura de Mello e 1986. - *O diabo e a Terra de Santa Cruz; feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. - São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, Laura de Mello e. 1999. - «Coartação; problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII.» - In: *Norma e conflito; aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: EdUFMG.

Souza, Maria Eliza de Campos s/d. - *A indumentária setecentista das Minas do Rio das Velhas nos inventários post-mortem.* - UFMG - Belo Horizonte (mimeo).

Souza, Marina de Mello e 2002. - *Reis negros no Brasil escravista; história da festa de Coroação de Rei Congo.* - Belo Horizonte: EdUFMG.

Thompson, E. P. 1978 - *A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser* - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.